



matosinhos

CM Matosinhos

31/03/2017

Saida/2017/8292

Ex.ma. senhora

Presidente Assembleia Municipal de

Matosinhos

CM Matosinhos

31/03/2017

Entrada/2017/610

Assunto: Relatório de gestão e demonstração económica e financeira de 2016 - Matosinhos Habit, E.M.

Solicito a V. Exa. o agendamento do assunto em epígrafe a fim de ser incluído na próxima sessão do Órgão Deliberativo, nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33 do Anexo I da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro conjugada com o art.º 42º da lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua atual redação.

Com os melhores cumprimentos,

Dr. Eduardo Pinheiro
Presidente da Câmara

Agende-se.

Matosinhos, 31 de março de 2017

A presidente da Assembleia Municipal

Dr.ª Palmira dos Santos Macedo

Av. D. Afonso Henriques
4454-510 Matosinhos - Portugal

Contactos
(+351) 229 390 900

mail@cm-matosinhos.pt
www.cm-matosinhos.pt

RELATÓRIO DE GESTÃO E DEMONSTRAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DE 2016

Pela diretora do departamento Financeiro foi prestada a seguinte informação: "Tomei conhecimento. Proponho a inclusão deste assunto na ordem de trabalhos da próxima reunião do órgão Executivo".

23/03/2017

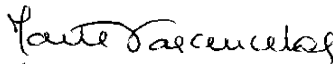


Dr.ª Claudia Viana

A diretora do departamento Financeiro

Pela chefe do gabinete dos Órgãos Autárquicos foi prestada a seguinte informação: "À consideração do Ex.mo senhor presidente: 1 - Sugerindo-se a inclusão do presente processo na ordem de trabalhos da próxima reunião do Executivo, e posteriormente a respetiva submissão à Assembleia Municipal, para conhecimento. 2 - Simultaneamente deve o Executivo deliberar sobre o sentido de voto do representante do Município na Assembleia Geral da empresa, para aprovação dos documentos em causa. 3 - Foram cumpridas todas as formalidades legais e regulamentares".

24/03/2017

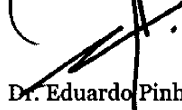


Dr.ª Marta Vasconcelos

A chefe do gabinete de Apoio aos Órgãos Autárquicos

"De acordo. Submeta-se à Câmara e posteriormente à Assembleia Municipal".

24/03/2017



Dr. Eduardo Pinheiro
Presidente da Câmara

EX.º SR. PRESIDENTE
CAMARA MUNICIPAL DE MATOSINHOS
AV. AFONSO HENRIQUES
4450 - 510 MATOSINHOS

21-03-2017

Supp.º 2017/5526

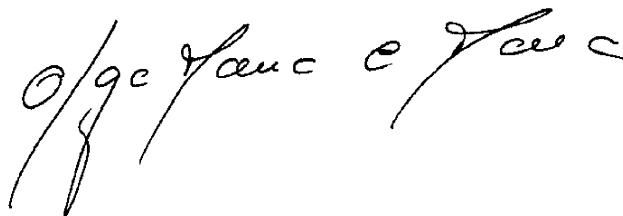
Sua Referência:
Nossa Referência: 2017/39986
Data: 2017/03/16

Assunto: Relatório de Demonstração Económico-Financeira do ano de 2016

Para os devidos efeitos, junto se remete a Vª. Exª a informação aprovada em reunião do Conselho de Administração desta Empresa, no âmbito do “Relatório de Demonstração Económico-Financeira do ano de 2016.”

Com os melhores cumprimentos,

A Administradora





MATOSINHOS
HABIT
MH-E.M.

Relatório de gestão e demonstração económico-financeira 2016

ÍNDICE

MENSAGEM DO PRESIDENTE

PARQUE HABITACIONAL

- I- DEPARTAMENTO DE GESTÃO SOCIAL E HABITACIONAL
- II- DEPARTAMENTO DE OBRAS E PROJETOS
- III- DEPARTAMENTO DE REABILITAÇÃO URBANA
- IV- GESTÃO DE QUALIDADE
- V- APRECIAÇÃO RESULTADOS DO EXERCÍCIO E PROPOSTA DE
SUA APLICAÇÃO / ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS DE 2016 E DIVERSAS PEÇAS CONTABILISTICAS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS/RELATÓRIO E PARECER SOBRE AS CONTAS DO EXERCÍCIO

REUNIAO EM _____ DE _____ DE 20____
LIBERAÇÃO: _____
001



MENSAGEM DO PRESIDENTE

“Sendo responsável pela resposta municipal às questões da habitação, a MatosinhosHabit enfrenta desafios diários e procura dar resposta a questões que raramente se circunscrevem à carência de um lar, somando-se-lhe as dificuldades económicas ou situações de desajustamento social e cívico.

Cada matosinhense que procura a MatosinhosHabit deve, pois, ser encarado como um desafio autónomo, ao qual urge dar a resposta que mais se lhe adequa, tendo em conta, como é óbvio, as limitações existentes no próprio parque habitacional gerido pela empresa, mas também o conjunto de soluções inovadoras que a empresa municipal tem sido capaz de criar.

Matosinhos optou por não construir nova habitação social nos últimos anos, tendo também em conta as limitações existentes no seu financiamento. Optámos, assim, por ser mais eficazes e rigorosos na gestão dos recursos que temos à nossa disposição, reabilitando os conjuntos habitacionais, estimulando a mobilidade e penalizando quem, sem justificação atendível, não cumpre com as mais elementares obrigações cívicas. Temos sido capazes, deste modo, de continuar a dar respostas a quem delas mais necessita, melhorando ainda as condições de habitabilidade nos nossos bairros.

Graças ao Programa Municipal de Apoio ao Arrendamento, de que Matosinhos foi pioneiro, tem ainda sido possível encontrar uma solução temporária para todos aqueles que, passando por dificuldades pontuais, têm condições para recompor a sua vida e voltar a poder aceder ao mercado privado de habitação. Investimos nesta resposta cerca de um milhão de euros por ano. É uma verba elevada, mas, se fosse necessário construir mais habitação social para dar resposta a estes casos, os custos (financeiros e sociais) seriam bem superiores.

A MatosinhosHabit demonstra, deste modo, que é possível fazer melhor com menos recursos, beneficiando a coesão social do nosso concelho e a boa gestão do bem público – e este deve ser sempre o nosso principal desafio”.

REUNIÃO EM _____ DE _____ DE 20____
Pág. 332

PARQUE HABITACIONAL

CONJUNTOS HABITACIONAIS	FREGUESIA	Nº DE FOGOS	ANO CONSTRUÇÃO
BAIRRO DOS PESCADORES	MATOSINHOS	49	2005 (*)
BARRANHA	MATOSINHOS	1	1991 (*)
BATARIA	LEÇA DA PALMEIRA	75	2004
BIQUINHA - ANTIGO	MATOSINHOS	218	1979/1983
BIQUINHA - N	MATOSINHOS	126	1973
BIQUINHA 1ª FASE	MATOSINHOS	60	1993
BIQUINHA 2ª FASE	MATOSINHOS	42	1992
BIQUINHA 3ª FASE	MATOSINHOS	48	1994
CARCAVELOS I E II	MATOSINHOS	240	1984
CRUZ DE PAU - 25 ABRIL	MATOSINHOS	64	1994
CRUZ DE PAU - ANTIGO	MATOSINHOS	136	1953/62
CRUZ DE PAU - AUSTRÁLIAS	MATOSINHOS	48	1998
ESTÁDIO DO MAR	SRA. HORA	56	2004
LAGOA	SRA. HORA	52	1998
MONTE ESPINHO	LEÇA DA PALMEIRA	108	2005
PADRÃO DA LÊGUA	SRA. HORA	54	2000
REF. ANGOLA	MATOSINHOS	52	1972
SEARA	MATOSINHOS	132	2004
TARRAFAL	MATOSINHOS	11	1951
ESTÁDIO DO MAR II	SRA. DA HORA	11	-
ESTÁDIO DO MAR III	SRA. DA HORA	12	2012
CAIXA TEXTIL	S. MAMEDE INFESTA	86	1958
CUSTÓI	LEÇA DO BALIO	154	2000
CUSTÓIAS - EX IGAPHE	CUSTÓIAS	56	1978
CUSTÓIAS - FUND. SALAZAR	CUSTÓIAS	49	DÉC. 60
ESTAÇÃO	S. MAMEDE INFESTA	40	1998
LARANJEIRAS	S. MAMEDE INFESTA	106	2004
MOALDE	S. MAMEDE INFESTA	16	1984
PRÉ-FABRICADOS	CUSTÓIAS	16	1980
RECAEI	LEÇA DO BALIO	154	2001/02
S. GENS I	CUSTÓIAS	178	1995
S. GENS II - 1ª FASE	CUSTÓIAS	7	2007
S. TIAGO DE CUSTÓIAS	CUSTÓIAS	44	2002
SEIXO I	S. MAMEDE INFESTA	230	1992
SEIXO II	S. MAMEDE INFESTA	94	1999
TEIXEIRA LOPES	CUSTÓIAS	48	1998
TELHEIRO	S. MAMEDE INFESTA	44	2004
S. GENS II - 2ª FASE	CUSTÓIAS	12	-
RUA GODINHO FARIA	S. MAMEDE INFESTA	7	-
CHOUZO	STA. CRUZ DO BISPO	60	1999
CIDRES	STA. CRUZ DO BISPO	42	2001
FARRAPAS	PERAFITA	188	2001
GATÕES	GUIFÕES	327	2001/02
GUARDA - ANTIGO	PERAFITA	38	1982
GUARDA I	PERAFITA	134	1994
GUARDA II	PERAFITA	22	1982
PONTE DO CARRO/ STA CRUZ DO BISPO	STA. CRUZ DO BISPO	2	2007
PRAIA DE ANGEIRAS	LAVRA	24	1995
RIBEIRAS I	PERAFITA	57	2002
RIBEIRAS II	PERAFITA	82	2004
SENDIM	GUIFÕES	376	1997
REAL DE CIMA	SRA. HORA	35	2013

Total de Fogos

4323

DE 20



I- DEPARTAMENTO DE GESTÃO SOCIAL E HABITACIONAL E GABINETE DE MANUTENÇÃO HABITACIONAL

O trabalho desenvolvido, por estas duas equipas, no decorrer do ano 2016, teve como linhas orientadoras:

- A melhoria da qualidade de vida da população residente nos diferentes conjuntos habitacionais do concelho, através do apoio direto às famílias, na promoção da equidade e justiça social, no cálculo das rendas e na promoção de melhores condições de habitabilidade;
- Promoção de ações de realojamento, com base na graduação de todos os pedidos de habitação;
- Continuidade do Programa Municipal de Apoio ao Arrendamento;
- Continuidade do programa Matosinhos Solidário.

Em 2016, estabelecemos como objetivos:

- 1.1- Implementar o Regulamento de Gestão do Parque Habitacional do Município de Matosinhos, com base na lei 81/2014 de 19 de dezembro alterada pela lei nº 32/2016 de 24 de agosto;
- 1.2- Estar mais próximo das famílias;
- 1.3- Gestão Física do Parque Habitacional;
 - 1.3.1- Promover Qualidade 100% nos conjuntos habitacionais;
 - 1.3.2- Obras Correntes de manutenção e conservação do Parque Habitacional Municipal;
- 1.4- Implementação, Monitorização e Controlo do Programa Municipal de Apoio ao Arrendamento (PMAA);
- 1.5- Consolidação do programa Matosinhos Solidário;
- 1.6- Criação de uma nova resposta habitacional dirigida à população idosa e/ou com dificuldades de mobilidade;
- 1.7- Disseminação da nova resposta habitacional dirigida a indivíduos isolados com processo de Pedido de Habitação: Habitação Partilhada.

ELABORADO EM _____ DE _____ DE 20____
REVISÃO: _____
C32



1.1- Implementar o Regulamento de Gestão do Parque Habitacional do Município de Matosinhos, com base na lei 81/2014 de 19 de dezembro alterada pela lei nº 32/2016 de 24 de agosto

Na implementação do Regulamento de Gestão do Parque Habitacional do Município de Matosinhos (RGPHMM) e da Lei nº 81/2014 de 19 de dezembro alterada pela Lei nº 32/2016 de 24 de agosto, foi possível avaliar e graduar 87 pedidos de transferência/mobilidade, tendo sido concretizadas 26.

A entrada em vigor da legislação referida anteriormente conduziu a que todos os pedidos de habitação que se encontravam ativos fossem alvo de (re)avaliação, nomeadamente através de visitas domiciliárias, caracterização social, económica, habitacional, elaboração do relatório e grelha de avaliação com base em novas variáveis e categorias,

Em 2016 foram (re)avaliados todos os pedidos de habitação, referentes a todos os territórios, com exceção da freguesia de Matosinhos.

Este novo enquadramento legal foi divulgado junto dos diferentes parceiros da Rede Social, bem como junto de toda a comunidade.

1.2- Estar mais próximo das famílias

Os técnicos sociais realizaram em 2016, 7658 atendimentos aos munícipes, sendo a predominância dos atendimentos às famílias residentes nos diferentes conjuntos habitacionais e dos munícipes integrados no Programa Municipal de Apoio ao Arrendamento.

A implementação do novo enquadramento legal foi um impeditivo para a dinamização de sessões de (in)formação, com o objetivo de promover competências ao nível dos cuidados de higiene e manutenção habitacional, em articulação com a equipa de manutenção habitacional.

Por forma a caracterizar a população idosa e avaliar as suas condições habitacionais, foram também identificados 1135 idosos em situação de isolamento familiar, tendo algumas situações sido sinalizadas às entidades competentes.

REUNIÃO EM _____ DE 20____
DELIBERAÇÃO: _____
C.C.C.



Em consequência da aplicação da legislação que estabelece o regime de arrendamento apoiado que foi alterada pela Lei nº 32/2016 de 24 de agosto, foi redefinido o plano para atualização dos agregados familiares, tendo sido possível proceder à atualização da composição dos agregados e revisão de renda de 2475 famílias.

De referir, que todos os conjuntos habitacionais alvo de obras de reabilitação, nomeadamente Biquinha Antigo, Custóias FFH e Sendim, as rendas só são revistas após a conclusão das referidas obras.

1.3- Gestão Física do Parque Habitacional

1.3.1 Promover Qualidade 100% nos Conjuntos Habitacionais

Em 2016, e no seguimento da intervenção realizada na gestão dos espaços comuns, demos continuidade à prestação de serviços de limpeza e substituição de lâmpadas, com um custo total de 139.996,80€.

Prosseguiu-se com as ações de manutenção dos painéis solares de aquecimento de águas sanitárias existentes em 7 dos Conjuntos Habitacionais Municipais, e com a monitorização e manutenção dos painéis fotovoltaicos que compõem as 4 unidades de Micro Geração do Conjunto Habitacional da Praia de Angeiras, cuja produção de energia é vendida na totalidade à EDP, com um custo total de 11.902,50€.

1.3.2- Obras Correntes de manutenção e conservação do Parque Habitacional Municipal

Na sequência do que tem vindo a ser realizado nos últimos anos, em 2016 mantivemos a máxima racionalização das intervenções, preconizada na sistematização das mesmas e na maior exequibilidade dos preços, seguindo a celeridade da sua resolução através dos parâmetros já definidos de prioridade (risco de vida, necessidades fisiológicas e danos no património).

Nos agregados familiares que alegam precaridade económica, os pedidos de intervenção são avaliados pelos técnicos sociais, com o objetivo de integrar os pedidos nos escalões definidos pelo Conselho de Administração da MatosinhosHabit.

REUNIAO EM _____ DE _____ DE 20____
DELIBERAÇÃO: _____
C.C.C.

Relatório de gestão e demonstração económico-financeira 2016

[Handwritten signature]

No ano em referência foram apresentadas na MatosinhosHabit 2651 participações de anomalia, que após verificação com respetiva visita técnica, num total de 6051 visitas resultaram:

- **1497 Intervenções** de reparação, conservação e adaptação;
- **657 Participações de avaria** que a intervenção do Piquete da MH solucionou na íntegra;
- **134 Participações de avaria** que após análise do Técnico de Conjunto Habitacional foram indicadas como da responsabilidade do arrendatário;
- **34 Participações de avaria** não foram analisadas por falta de cumprimento do pagamento das rendas;
- **84 Participações de avaria** transitaram para resolução e/ou análise em 2017.

O custo total das intervenções foi de 384.297,57€. O valor médio por intervenção foi de 433,25€.

Os técnicos, em colaboração com entidades externas, procederam a diligências com vista à desocupação de fogos que se encontravam devolutos, entre outras problemáticas (desinfestações, mudanças de fechadura, etc.).

Nos espaços comuns quanto à manutenção preventiva foram registadas 609 anomalias em que o custo total das intervenções foi de 210.658,08€. O valor médio de intervenção foi de 345,91€.

A mobilidade dos agregados familiares, por necessidade de adequação de tipologia e o aparecimento de fogos devolutos para novos realojamentos – falecimento do arrendatário e alternativa de alojamento – obrigaram à recuperação interna de habitações com maior ou menor grau de profundidade.

Assim sendo, foram recuperadas 15 habitações (valor de reabilitação inferior a 3.500€) pelo valor de 43.130,00€, cujo valor médio de intervenção foi de 2.875,33€ e 98 habitações foram recuperadas (valor de reabilitação superior a 3.500€), pelo valor de 668.869,00€, cujo valor médio de intervenção é de 6.825,19€.

REUNIAO EM _____ DE _____ DE 20____
DELIBERAÇÃO: _____
COP



1.4- Implementação, Monitorização e Controlo do Programa Municipal de Apoio ao Arrendamento (PMAA)

No ano de 2016 com o objetivo de informar todos os munícipes interessados em instruir candidatura ao PMAA, realizaram-se 45 sessões de informação acerca do programa, tendo as mesmas contado com a participação de 343 munícipes.

No âmbito do PMAA, ao longo do ano de 2016, foram aprovadas 132 novas candidaturas, tendo em média mensalmente sido apoiadas 723 famílias com uma comparticipação média de 108,64€.

Os técnicos definiram 80 planos de acompanhamento social, com as famílias integradas no programa. Estas famílias foram selecionadas nomeadamente em função da sua situação de insuficiência económica face às despesas, desemprego, indivíduos com competências facilitadoras de integração no mercado de trabalho, etc.

Paralelamente, foram levadas a cabo 5 ações de (in) formação, as quais tiveram por base dotar os munícipes de competências pessoais, sociais e técnicas que lhes permitissem criar condições para uma gestão equilibrada do seu orçamento familiar.

Nestas ações participaram 81 munícipes, nas quais foram abordadas temáticas nomeadamente, ao nível da gestão do orçamento familiar, informação ao consumidor/direitos e deveres, técnicas de procura de emprego, informações sobre iniciativas ligadas à população idosa, informações sobre segurança (burlas, assaltos, estratégias de prevenção), informações ligadas à área da alimentação saudável e nutrição.

Relativamente ao estudo do impacto do PMAA o mesmo foi concluído, estando previsto para o ano 2017 a implementação de algumas das sugestões de melhoria apresentadas pela Universidade Católica.

REUNIAO EM _____ DE _____ DE 20____
DELIBERAÇÃO: _____
8

**1.5- Consolidação do Programa Matosinhos Solidário**

No decorrer do ano de 2016 foram respondidos 200 pedidos de munícipes seniores que solicitaram a intervenção da MatosinhosHabit. Estes pedidos de intervenção ocorreram na área da carpintaria, eletricidade, pichelaria, serralharia, alvenaria e outros, tendo atingido um custo total de 9.050,00€, num valor médio de intervenção de 45,25€. Destes pedidos 60 foram solucionados pelo piquete da MH e 32 estão relacionados com o transporte de e para consultas médicas efetuados pelos técnicos da MH.

1.6- Criação de uma nova resposta habitacional dirigida à população idosa e/ou com dificuldades de mobilidade- Residência Apoiada

A proposta de inclusão no Programa Estratégico de Reabilitação Urbana da ARU de Matosinhos Sul para a construção de uma Residência Apoiada, aguarda discussão e aprovação do referido documento em 2017.

1.7-Disseminação da nova resposta habitacional dirigida a indivíduos isolados com processo de Pedido de Habitação: Habitação Partilhada.

No ano 2015 foi a primeira habitação partilhada do concelho dirigida a indivíduos do sexo masculino, com pedido de habitação. Ao longo deste ano esta resposta foi monitorizada mensalmente e avaliada pelos diferentes intervenientes de forma positiva.

Face a esta avaliação positiva e tendo sido identificada pela Rede Social o objetivo de criar respostas residenciais para a autonomização de jovens institucionalizados, que apoie a sua transição para a vida adulta, a MatosinhosHabit em parceria com a Irmandade da Stª Casa da Misericórdia do Bom Jesus de Matosinhos criaram uma nova habitação partilhada.

Esta habitação partilhada designada - ***Alicerce de Partida***, tem como objetivo promover a desinstitucionalização de jovens do lar de acolhimento, que atingiram um nível de aquisição de competências pessoais e sociais e capacitar as mesmas para uma vida responsável e independente, adquirindo novas competências para a autonomia de vida, com idade a partir dos 17 anos.

REUNIAO EM _____ DE _____ DE 20____
DELIBERAÇÃO: _____
C-29



Neste equipamento foram alojadas três jovens do sexo feminino e as regras para sua utilização foram definidas em articulação com as mesmas e a taxa de utilização foi calculada com base nos rendimentos de cada jovem, estando incluído o uso da habitação, água, eletricidade e internet.

No sentido de avaliar e monitorizar esta resposta são realizadas reuniões mensais com as jovens, os técnicos da Stª Casa da Misericórdia do Bom Jesus de Matosinhos e os técnicos da MatosinhosHabit.

II- DEPARTAMENTO DE OBRAS E PROJETOS

REABILITAÇÃO DE CONJUNTOS HABITACIONAIS MUNICIPAIS – PROHABITA

Relativamente às Empreitadas realizadas ao abrigo do Programa PROHABITA, foram, no ano de 2016, geridas as libertações de garantias ao abrigo do Decreto-lei 190/2012 de 22 de Agosto, realizadas vistorias com vista à Receção Definitiva conforme o estabelecido pelo Código da Contratação Pública (DL 18/2008 de 29 de Janeiro).

Receção definitiva de empreitadas

Na sequência das vistorias realizadas ao abrigo do Decreto-lei 18/2008 de 22 de Agosto, foram realizadas as receções definitivas e libertadas as cauções prestadas como garantias de boa execução de contratos, das seguintes empreitadas de obras públicas:

- Reabilitação dos Conjuntos Habitacionais da Guarda I e II – Bloco E, em Perafita;
- Reabilitação dos Conjuntos Habitacionais da Guarda I e II – Bloco F, em Perafita;
- Reabilitação do Conjunto Habitacional da Caixa Têxtil – 11 fogos, em S. Mamede de Infesta.

PROJETOS, ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM OBRA E FISCALIZAÇÃO

No ano 2016 foram desenvolvidos projetos de reabilitação, parcial ou total, de Conjuntos Habitacionais Municipais, com o objetivo de serem abertos procedimentos de concurso tanto pelos Serviços da MatosinhosHabit como pelos Serviços da Câmara Municipal de Matosinhos.

LIBERAÇÃO: _____ DE _____ DE 2016

Relatório de gestão e demonstração económico-financeira 2016



Neste contexto foi prestada a necessária Assistência Técnica aos Projetos em Obra e realizado o estreito acompanhamento da Fiscalização Municipal das empreitadas em habitação municipal.

Projetos

Em 2016 foram executados os seguintes projetos de reabilitação parcial ou total em edifícios de habitação municipal:

- Projeto de reabilitação do edifício do Conjunto Habitacional da Biquinha FFH – Envolvente Exterior e interior fogos dos edifícios n.º 281, 295, 311 e 327;
- Reabilitação do Conjunto Habitacional de 25 de Abril;
- Reabilitação do Conjunto Habitacional da Biquinha 3ª Fase;
- Reabilitação do Conjunto Habitacional de Custoias Ex-IGPHE em Custoias, em curso;
- Reabilitação de Edifício no Conjunto Habitacional do Bairro dos Pescadores – Entrada 6, em curso.

Assistência Técnica em Obra ao Projeto e Apoio à Fiscalização Municipal

Foi realizado o acompanhamento das seguintes empreitadas:

- Reabilitação do Conjunto Habitacional da Guarda I e II – Bloco D;
- Reabilitação de Coberturas dos Edifícios Unifamiliares – Conjunto Habitacional da Guarda Ex-IGAPHE (Antigo);
- Reabilitação do Conjunto Habitacional do Esquinheiro;
- Reabilitação do Conjunto habitacional de Sendim;
- Reabilitação da Envolvente Exterior e Interior de Fogos no Edifício com os n.º's 192, 178, 150 e 134 – Conjunto Habitacional da Biquinha FFH (Antigo).

REUNIAO EM _____ DE _____ DE 20____
DELIBERAÇÃO: _____
C. A.

7
C
Uy.

III – GRU – DEPARTAMENTO DE REABILITAÇÃO URBANA

Área de Reabilitação Urbana (ARU) e Operação de Reabilitação Urbana (ORU)

No quadro do Regime Jurídico da Renovação Urbana, especificamente no que concerne à criação das Áreas de Reabilitação Urbana, no ano de 2016, dando cumprimento ao Plano de Atividades, e uma vez criadas as ARU de Matosinhos, de Leça da Palmeira e de Matosinhos Sul, a MatosinhosHabit, através do seu Gabinete de Reabilitação Urbana, desenvolveu todo um trabalho de acompanhamento a estes processos em fase de execução, em estreita colaboração com a CMM e com a entidade externa encarregue destes trabalhos, designadamente na construção e na validação dos PERU (Programas Estratégicos de Reabilitação Urbana) para a ARU de Matosinhos e para a ARU de Leça da Palmeira, tendo em vista, após Discussão Pública, a sua aprovação pela Assembleia Municipal e a sua consequente operacionalização no terreno.

Igualmente, no período em referência, completou-se o levantamento do Espaço Público e correspondente Registo Fotográfico da ARU de Matosinhos Sul, aprovada no final do ano de 2015, com vista à elaboração do respetivo PERU, em fase de construção.

Ainda no enquadramento das ARU, foi durante este ano disponibilizado apoio a todos os interessados em reabilitar imóveis em qualquer uma das três ARU criadas no Concelho, quer através da prestação de esclarecimentos quanto ao quadro de benefícios fiscais de incentivo à reabilitação, quer junto da Câmara Municipal, na qual existe um atendimento prioritário para estes casos.

Em parceria com a Câmara e com a ESAD, iniciou-se o processo de conceção da divulgação destas delimitações em particular e de uma forma mais geral do Programa de Reabilitação Urbana para o Concelho, designadamente através da colaboração na criação de suportes comunicacionais (flyers, pastas de documentos, separador no site da CMM sobre Reabilitação Urbana), bem como em relação à concretização da integração do atendimento sobre reabilitação urbana, na Loja do Município.

ELABORADO EM _____ DE _____ DE 20____
DELIBERAÇÃO: _____
822

2.
e
19.

Programas de Apoio à Reabilitação Urbana

Em matéria de Programas de Apoio e/ou Medidas de Incentivo à Reabilitação Urbana, prosseguiu-se com a divulgação do RERU - Regime Excecional e Transitório para a Reabilitação Urbana.

Prosseguiu-se igualmente com a divulgação da informação considerada relevante, junto de potenciais interessados e continuou-se a alimentar a Base de Dados existente, para disseminação de medidas/programas, nacionais e/ou municipais, que, entretanto, surgiram e que de alguma forma possam contribuir para promover a reabilitação do edificado no Concelho de Matosinhos, como é o caso do Programa “Reabilitar para Arrendar – Habitação Acessível”, que foi objeto em 2016 de protocolo de cooperação institucional entre o IHRU e a CMM, para uma disseminação e operacionalização o mais abrangente possível.

Mais especificamente, no quadro da aprovação de ARU's no Concelho, continuou-se a divulgar os Benefícios Fiscais de natureza Municipal ou da competência da Administração Central. Esta divulgação foi feita através dos *sites* da Câmara Municipal de Matosinhos, da MatosinhosHabit, do Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana e no contacto direto, através de atendimentos na MatosinhosHabit.

Iniciou-se um trabalho de articulação com os *Departamentos Financeiro e de Urbanismo da CMM* e com o *Serviço de Finanças de Matosinhos*, no sentido de afinar todos os procedimentos exigidos pela Autoridade Tributária para a concessão dos benefícios em causa (Certidões de Localização, Vistorias de Determinação do Nível de Conservação, ...).

No que respeita às Áreas de Reabilitação Urbana, verificou-se em 2016, um crescimento do número de interessados que procuraram junto da MH/GRU informação acerca do direito de acesso aos benefícios fiscais de incentivo à reabilitação urbana, sobretudo quanto aos procedimentos a seguir para a sua concretização. Exemplo disto mesmo foram os 27 pedidos de Vistoria para Determinação do Nível de Conservação (correspondentes a 36 frações), referentes a imóveis a reabilitar, com o objetivo da obtenção de Benefícios Fiscais ao abrigo das ARU.

Matosinhos, 20 de _____ de 2017
Assinatura: _____
Carimbo: _____
Assinatura: _____
Carimbo: _____

Relatório de gestão e demonstração económico-financeira 2016



Em 2016 estivemos particularmente atentos à divulgação de Programas Nacionais e/ou Comunitários de financiamento de operações de reabilitação de edifícios e/ou frações, designadamente do IFRRU 2020 – Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbanas criado no âmbito do Portugal 2020, bem como do FNRE - Fundo Nacional de Reabilitação do Edificado, criado pelo governo, para dinamizar o apoio financeiro à Reabilitação Urbana.

Estivemos também atentos a todas as diligências que neste período foram sendo tomadas pelo Governo, no sentido da possível revisão do RERU, bem como a todas as recomendações que foram sendo objeto de reflexão por parte dos organismos e instâncias ligados a esta matéria, tanto mais que este regime jurídico, em vigor até 2020, se aplica não só à reabilitação de edifícios/frações cuja construção tenha sido concluída há pelo menos 30 anos, mas também aos localizados em ARU, sempre que se destinem total ou predominantemente ao uso habitacional.

Vistorias de Segurança, Salubridade e Arranjo Estético e Pré-Vistorias – Mediação Técnica

No âmbito da delegação de competências da Câmara Municipal de Matosinhos na MatosinhosHabit, em matéria de Vistorias de Segurança, Salubridade e Arranjo Estético (VSSAE), no ano de 2016, foram requeridas 31 vistorias de Salubridade, sendo 25 a requerimento de munícipes e 6 a título Oficioso.

Estas vistorias implicaram diligências várias, desde logo ao nível da verificação do cumprimento de todos os requisitos formais e da relação com outros processos, dos procedimentos administrativos e técnicos legais (alguns ainda em execução, atendendo à complexidade, de uma forma geral, destas situações), de apoio a inquilinos, senhorios, advogados, condóminos, Associação de Inquilinos e Condóminos do Norte de Portugal, Associação Nacional de Proprietários – Delegação do Porto, entre outros, na prestação de informações e esclarecimentos, na execução das vistorias propriamente ditas e no encaminhamento dado a cada situação particular, tendo sempre por suporte o quadro legal vigente e tendo sempre em vista a criação/reposição de condições de habitabilidade no património edificado.

RECEBIDO EM _____ DE _____ DE 20____
DELIBERAÇÃO: _____
814

Relatório de gestão e demonstração económico-financeira 2016

X
e
A.

A montante das VSSAE, e conforme prática corrente, foi ainda realizado um vasto número de atendimentos a munícipes que solicitaram apoio para a resolução da falta de condições de salubridade e/ou de segurança nos fogos de que são arrendatários – as chamadas “Pré-Vistorias”, que em 2016 deram lugar à entrada de 70 processos que deram lugar à realização de outras tantas visitas técnicas e à elaboração dos respetivos relatórios, para aferir da necessidade/disponibilidade de realização de obras por parte dos senhorios, com vista à reposição das condições mínimas de habitabilidade.

Acresce ainda a estes números os 118 processos oriundos da Câmara Municipal e da Proteção Civil que foram alvo de uma tramitação igual à das Pré-Vistorias.

Todos estes atendimentos, em sede de Mediação Técnica, foram coadjuvados pelo estabelecimento e manutenção de uma série de contactos/reuniões regulares com senhorios, advogados e inquilinos, bem como pela realização de diligências várias com outros serviços e/ou profissionais, internos e externos à MatosinhosHabit, tendo por fim último dar resposta às questões colocadas e/ou à realização das obras necessárias para repor as condições mínimas de habitabilidade nas habitações particulares arrendadas e no edificado em geral com falta de condições e/ou em risco de ruína para a via pública.

Ainda no âmbito deste trabalho foram realizadas várias visitas técnicas para comprovar *in loco* a realização das obras acordadas executar em sede de mediação o que levou ao arquivamento da maioria dos referidos processos, dado terem sido repostas as condições de habitabilidade e salubridade em falta ou porque foram esgotados todos os procedimentos da mediação, necessitando esses casos, em franca minoria, para terem resolução, de prosseguir para Vistorias de Segurança, Salubridade e Arranjo Estético.

Ainda de salientar todo um trabalho desenvolvido ao longo deste ano, de estabelecimento de diligências várias no sentido de identificar proprietários de imóveis com falta de condições de segurança e/ou em risco de ruína para a via pública, tendo aqui também em vista, sobretudo, a reposição de condições de segurança.

Todas estas ações relacionadas com Pré-Vistorias, Vistorias de Segurança, Salubridade e Arranjo Estético e processos oriundos da CMM e da Proteção Civil, levaram à realização de mais de 380 atendimentos presenciais.

REUNIAO EM _____ DE _____ DE 20____
DELIBERAÇÃO: _____
C25



EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

No ano de 2016 as preocupações com a Eficiência Energética continuaram a estar bem presentes nas obras de reabilitação e conservação dos nossos Conjuntos Habitacionais através da aplicação de técnicas e materiais que levaram ao aumento do conforto das habitações e por consequência a uma diminuição no gasto de energia.

Deu-se continuidade às ações de manutenção dos painéis solares de Aquecimento de Água Sanitárias, existentes em vários conjuntos habitacionais municipais assim como os painéis fotovoltaicos que compõem as quatro unidades de produção de energia elétrica instaladas no Conjunto Habitacional de Lavra - Angeiras.

Ainda nesta matéria, continuamos a colaborar com a Câmara Municipal no desenvolvimento do Plano de Ação para a Energia Sustentável do município, contribuindo assim para um concelho mais sustentável e amigo do ambiente.

IV – GESTÃO DE QUALIDADE

Certificação da empresa na Norma NP EN ISO 9001:2008.

Durante o ano de 2016 a MatosinhosHabit procedeu às habituais auditorias de manutenção da certificação pela norma 9001:2008, dando continuidade ao terceiro ciclo de certificação. Todos os instrumentos de medição demonstram já a maturidade do processo. Ao longo do ano a estratégia seguida para controlo da ação da empresa demonstrou a continuidade da melhoria evidenciada no reduzido número de situações não conformes e reclamações.

O Departamento da Qualidade procedeu à implementação de um processo de gestão de dívidas, constituindo para o efeito uma equipe multidisciplinar, aproveitando os recursos já existentes na empresa. Fruto desta ação, foi elevada a taxa de cobrança efetiva de rendas faturadas durante o ano de 2016, para o valor de 97.20%.

Esta ação teve como objetivo preparar desde já a transição para a norma 9001:2015, cujo foco incide com grande ênfase no risco do negócio.

CONVEM EM _____ DE _____ DE 20____
DELIBERAÇÃO: _____
CSO

27.
up.

Os vários processos da empresa, foram acompanhados através da auditoria de acompanhamento, bem como da auditoria interna com recurso a auditores externos.

Também a satisfação do munícipe foi uma das principais ações do departamento.

No ano de 2016 foi realizado um processo de auscultação do munícipe, através da realização de 204 inquéritos aos munícipes, resultando esta avaliação num grau de satisfação de 94.4%.

O Departamento de qualidade procedeu ainda a um inquérito de satisfação ao colaborador do qual resultaram 20 ações de melhoria, a maioria das quais se encontram já implementadas.

A auditoria de acompanhamento da certificação de qualidade efetuada pela empresa certificadora SGS não apontou qualquer Pedido de Ação Corretiva.

V – APRECIÇÃO DOS RESULTADOS DO EXERCÍCIO E PROPOSTA DE SUA APLICAÇÃO

A conta de “Ativos Fixos Tangíveis”, conforme nota 7 do anexo ao Balanço, apresenta um acréscimo de 106 mil euros, resultante essencialmente dos investimentos efetuados no decurso de 2016.

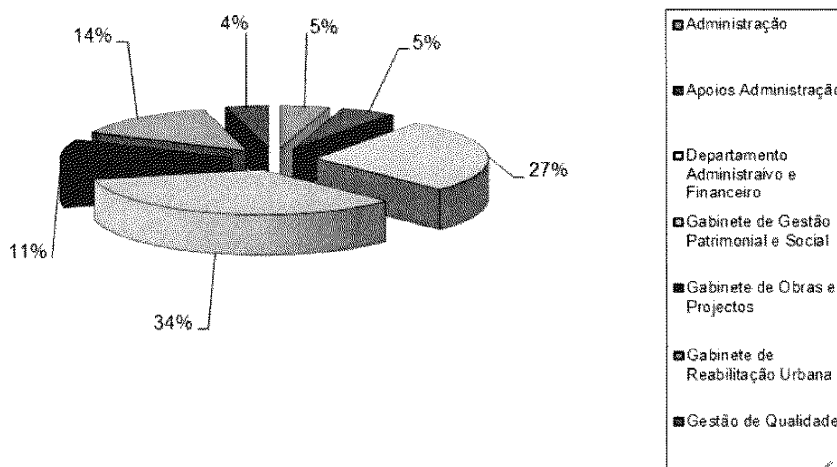
Salienta-se a aquisição de uma viatura de desobstrução, que irá contribuir para um melhor desempenho nas intervenções efetuadas pelo piquete da MatosinhosHabit, e a aquisição de equipamento de climatização para o edifício sede, para melhor conforto dos funcionários e principalmente dos utentes que se deslocam aos atendimentos e que são cada vez em maior número.

A conta de Clientes, apresenta um decréscimo na ordem dos 11,6%, fruto do esforço efetuado na recuperação dos débitos, sobretudo na regularização atempada das rendas que nos permitiu chegar a uma taxa de cobrança no ano de 2016 de 97,2%.

Esta situação gerou um aumento de disponibilidades que juntamente com o acréscimo de faturação (conforme abaixo referido) possibilitou a canalização de fundos para obras e prestações de serviço de manutenção e conservação corrente nos Conjuntos Habitacionais,

CONTA EM DE DE 20
DELIBERAÇÃO: 27

O valor dos Gastos com Pessoal (Remunerações e Encargos Obrigatórios) ascende ao valor de € 1.284.328,79, que reflete os pagamentos das remunerações de acordo com as normas legais em vigor. Apresenta-se a sua repartição por sectores de atividade.



Projectos

- Gabinete de Reabilitação Urbana
- Gestão de Qualidade

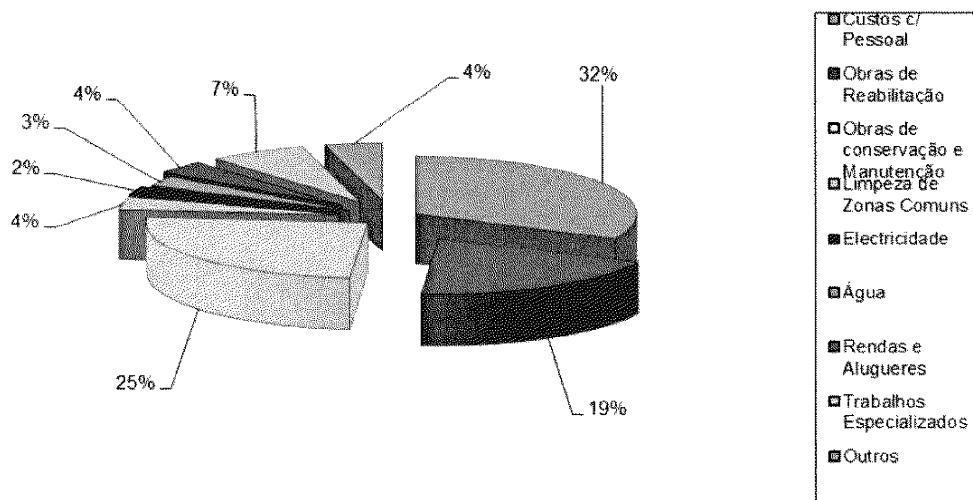
[Handwritten signature]

A rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos ascende a dois milhões e setecentos e nove mil euros, dos quais 1 milhão e 885 mil de euros respeitam a intervenções efetuadas nos Conjuntos Habitacionais.

Destas intervenções, cerca de 763 mil euros foram realizados em reabilitações e reparações efetuadas em fogos devolutos e coberturas /telhados dos conjuntos habitacionais, e 961 mil euros em obras e prestações de serviço de manutenção e conservação corrente nos fogos e espaços comuns, e os restantes na preservação dos equipamentos instalados (elevadores, painéis solares), contratos de manutenção para os espaços comuns de modo a garantir qualidade e higiene habitacional.

Apresenta-se de seguida a estrutura de custos inerentes à atividade da empresa.

Estrutura de Custos



Nos Proveitos do exercício na conta “Prestações de Serviços – Rendas MH” verifica-se um acréscimo das rendas faturadas na ordem dos 6%, resultante de atualizações de renda, iniciadas em abril de 2015 e que se prolongaram até setembro de 2016 por força da entrada em vigor da Lei nº81/2014, de 19 de dezembro.

[Handwritten signature]
 2017-01-20
 2017-01-20
 2017-01-20

[Handwritten signature]

Em 24 de Agosto de 2016, foi publicada a Lei nº 32/2016 que veio proceder à primeira alteração à Lei nº 81/2014, que fixa critérios de abatimento adicionais aos existentes pelo que o processo de atualização de rendas foi retomado em janeiro de 2017, o que não nos permite, ainda, estabilizar o comportamento da faturação de rendas.

Acresce referir que estas alterações de renda ocorreram na sua maioria em edifícios que já tinham sido alvo de intervenções de reabilitação como é o caso de quatro edifícios no Conjunto Habitacional da Biquinha FFH, três edifícios no Conjunto Habitacional de Salazar, Blocos C e D e casas unifamiliares do Conjunto Habitacional da Guarda e Conjunto Habitacional de Sendim.

A rubrica de Prestações de Serviços inclui ainda o montante de 763 mil euros respeitantes aos contratos de Prestação de Serviços celebrados entre o Município de Matosinhos e a MatosinhosHabit relativos a adjudicações em obras de reabilitação nos conjuntos habitacionais, e que tem a sua contrapartida na conta de custos "Fornecimentos e Serviços Externos – Subcontratos CMM".

A conta de "Subsídios à Exploração" respeita ao valor do Contrato-Programa celebrado entre a Câmara Municipal e a MatosinhosHabit, de acordo com o preceituado na Lei nº 50/ 2012, de 31 de agosto, no valor de 345 mil euros.

Integrando a MatosinhosHabit o Setor Institucional das Administrações Públicas e fazendo parte das empresas reclassificadas nos subsetores regionais e locais, deve obedecer a todo o normativo a que se refere a Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA), pelo que todas as aquisições foram objeto de compromisso, sendo que estes foram atribuídos de acordo com os Fundos Disponíveis existentes, garantindo o risco de liquidez para as obrigações contratadas.

Apresenta-se nos anexos mapa discriminativo dos compromissos plurianuais assumidos em 2016, bem como as declarações exigidas no artigo 15º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro.

A execução do orçamento em 2016 ascendeu a 4.123.111,31€ não ultrapassando o valor do orçamento inicial previsto no montante de 4.342.700,00€.

REUNIÃO EM _____ DE _____ DE 20____
DELIBERAÇÃO: _____
20

De acordo com as peças contabilísticas apresentadas a MatosinhosHabit não está sujeita aos critérios vertidos no artigo 62º nº 1 da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, ficando assim salvaguardada a sua continuidade, para exercer a sua atividade principal na promoção e gestão do parque habitacional do Município de Matosinhos.

Refere-se ainda, que após o termo do exercício não se registaram quaisquer factos contabilísticos relevantes que mereçam ser destacados.

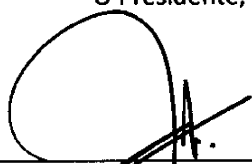
O exercício de 2016 apresenta um resultado positivo contabilístico de 9.083,72€ propondo-se que seja levado a Resultados Transitados.

LIBERAÇÃO: _____ DE _____ DE 20____

Aprovado pelo Conselho de Administração da MatosinhosHabit – MH, Entidade de 16 de Março de 2017.

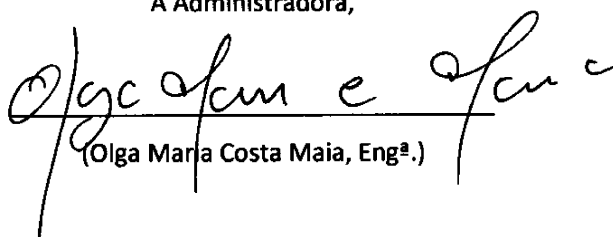
O Conselho de Administração

O Presidente,



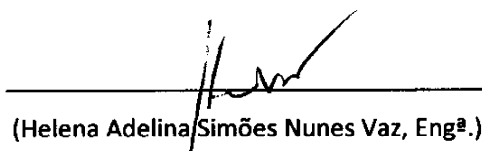
(Eduardo Nuno Rodrigues e Pinheiro, Dr.)

A Administradora,



(Olga Maria Costa Maia, Eng.ª.)

A Administradora,



(Helena Adelina Simões Nunes Vaz, Eng.ª.)

REUNIÃO EM 16 DE Março DE 2017
DELIBERAÇÃO: O Conselho de Administração analisou o documento em apreço e após os esclarecimentos prestados pela Direção Administrativa e Financeira e pelo Auditor de Contas, deliberou por unanimidade aprovar o mesmo e remeter à Câmara Municipal para deliberação e dar conhecimento à Assembleia Municipal de acordo com a legislação em vigor e os Estatutos da Entidade.

Bráulio Braga

REUNIÃO EM ____ DE ____ DE 20____
DELIBERAÇÃO: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE MATOSINHOS

Reunião extraordinária realizada em 28 de março de 2017

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal tomou conhecimento do Relatório de Gestão e Demonstração Económica e Financeira do ano 2016 da Matosinhos Habit, E.M. e deliberou, por maioria com duas abstenções 1 - mandar a Sr.ª Dr.ª Cláudia Manuela Fernandes Silveira Viana para votar favoravelmente este documento; 2 - submeter o presente relatório à Assembleia Municipal, nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33 do Anexo I da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro conjugada com o art.º 42º da lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua atual redação.

As abstenções pertenceram aos senhores vereadores José Pedro Silva Rodrigues e Pedro José da Vinha Rodrigues Costa.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MATOSINHOS

Sessão ordinária realizada em 27 de abril de 2017

Deliberação: A Assembleia Municipal tomou conhecimento do Relatório de Gestão e Demonstração Económica e Financeira do ano 2016 da Matosinhos Habit E.M. S.A. nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

U.M. EUR

Rubricas	Notas	Datas	
		31/12/2016	31/12/2015
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	7	494 370,73	451 669,19
Ativos intangíveis	6	0,00	3 652,96
Outros investimentos financeiros		334,01	0,00
Outros ativos financeiros		0,00	223,79
		494 704,74	455 545,94
Ativo corrente			
Clientes	10.1	440 686,43	596 411,15
Estado e outros entes públicos	11.1	6 145,31	0,00
Outros créditos a receber	10.1	67 206,23	80 109,56
Diferimentos		14 039,76	16 044,66
Caixa e depósitos bancários	4	573 064,57	319 103,16
		1 101 142,30	1 011 668,53
Total do Ativo		1 595 847,04	1 467 214,47
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	10.4	264 362,89	264 362,89
Reservas legais		81 658,22	81 658,22
Outras reservas		46 834,43	46 834,43
Resultados transitados		262 696,58	236 814,01
Resultados líquido do período		9 083,72	25 882,57
Total do capital próprio		664 635,84	655 552,12
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	8, 10.2	109 350,13	112 343,66
		109 350,13	112 343,66
Passivo corrente			
Fornecedores	10.2	449 550,19	331 245,80
Estado e outros entes públicos	11.1	71 609,19	48 650,74
Financiamentos obtidos	8, 10.2	73 313,55	76 665,56
Outras dívidas a pagar	10.2	194 286,37	212 308,55
Diferimentos		33 101,77	30 448,04
		821 861,07	699 318,69
Total do passivo		931 211,20	811 662,35
Total do capital próprio e passivo		1 595 847,04	1 467 214,47

O CONTABILISTA CERTIFICADO

(Dr. Paulo Pinto)

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

(O Presidente, Dr. Eduardo Pinheiro)

(A Administradora, Eng. Olga Maia)

(A Administradora, Eng. Helena Vaz)

Matosinhos, 16 de março de 2017

RECEBIDO EM _____ DE _____ DE 20____

MATOSINHOSHABIT-MH, EEM

Rua Alfredo Cunha, 99 - 1º

Matosinhos

4450-023 MATOSINHOS

Nr.Contrib.: 504597221

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS SNC

U.M. EUR

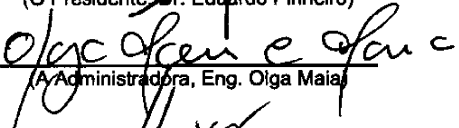
RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2016	2015
Vendas e serviços prestados	11.3	3 792 271,71	3 170 306,25
Subsídios à exploração	11.4	346 104,78	359 277,65
Fornecimentos e serviços externos	11.5	-2 709 403,32	-1 928 579,23
Gastos com o pessoal	11.6	-1 284 328,79	-1 282 818,27
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	10.3	-11 129,49	-219 134,74
Outros rendimentos	11.7	7 465,92	41 464,66
Outros gastos	11.8	-43 131,03	-16 695,91
Resultado antes de depreciações, financiamento ...		97 849,78	123 820,41
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6, 7	-67 793,86	-58 612,82
Resultado operacional (antes de gastos fin. imp.)		30 055,92	65 207,59
Juros e gastos similares suportados	10.5	-7 324,82	-10 830,32
Resultados antes de impostos		22 731,10	54 377,27
Imposto sobre o rendimento do período		-13 647,38	-28 494,70
Resultado líquido do período		9 083,72	25 882,57

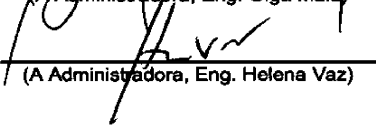
O CONTABILISTA CERTIFICADO


(Dr. Paulo Pinto)

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO


(O Presidente, Dr. Eduardo Pinheiro)


(A Administradora, Eng. Olga Maia)


(A Administradora, Eng. Helena Vaz)

Matosinhos, 16 de março de 2017

REUNIÃO EM _____ DE _____ DE 20____
DELIBERAÇÃO: _____
C. J. 4

MATOSINHOS HABIT - MH, EEM
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

RUBRICA	NOTAS	PERÍODOS	
		2016	2015
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS - método directo			
Recebimentos de clientes		4 031 524,35	3 086 984,20
Pagamentos a fornecedores		(2 585 918,30)	(1 821 073,63)
Pagamentos ao pessoal		(1 284 356,29)	(1 279 475,37)
Caixa gerada pelas operações		161 249,76	(13 564,80)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(25 792,44)	(11 233,20)
Outros recebimentos/pagamentos		238 219,85	358 019,99
Fluxos das atividades operacionais (1)		373 677,17	333 221,99
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(28 941,37)	(16 112,10)
Ativos intangíveis		-	(645,75)
		(28 941,37)	(16 757,85)
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		-	-
		-	-
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		(28 941,37)	(16 757,85)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		-	-
		-	-
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			
Amortizações cont. locação financeira		(83 449,57)	(112 523,35)
Juros e gastos similares		(7 324,82)	(10 830,32)
		(90 774,39)	(123 353,67)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		(90 774,39)	(123 353,67)
Variação de caixa e seus equivalentes (1) + (2) + (3)		253 961,41	193 110,47
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	319 103,16	125 992,69
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	573 064,57	319 103,16

Para ser lido em conjunto com as notas às demonstrações financeiras em anexo

O CONTABILISTA CERTIFICADO

(Dr. Paulo Pinto)

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

(O Presidente, Dr. Eduardo Pinheiro)

(A Administradora, Eng. Olga Maia)

(A Administradora, Eng. Helena Vaz)

Matosinhos, 16 de março de 2017

APROVADO EM _____ DE _____ DE 20
LIBERAÇÃO: _____

MATOSINHOS HABIT - MH, EEM
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 2016

U.M. EUR

Notas	Capital próprio atribuído aos detentores de capital da empresa-mãe						Resultado líquido do período	Total
	Capital subscrito	Outros instrumentos de cap. próprio	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transferidos	Ajust. em activos financeiros		
Posição em 01.01.2015	264 382,89	-	81 658,22	46 834,43	200 206,03	-	31 391,46	624 453,03
Alterações no período	-	-	-	-	-	-	-	-
Aplicação do resultado líquido do período anterior	-	-	-	-	31 391,46	-	(31 391,46)	-
Alterações de políticas contabilísticas	-	-	-	-	5 216,52	-	-	5 216,52
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	-	-	-	-	36 607,98	-	(31 391,46)	5 216,52
Total de alterações no período	-	-	-	-	-	-	25 882,57	25 882,57
Resultado líquido do período	-	-	-	-	-	-	25 882,57	25 882,57
Resultado Integral	-	-	-	-	-	-	(5 508,89)	31 099,09
Operações com detentores de capital no período	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização de capital	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuições	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras operações	-	-	-	-	-	-	-	-
Total operações com detentores de capital	-	-	-	-	-	-	-	-
Posição em 31.12.2015	264 382,89	-	81 658,22	46 834,43	236 814,01	-	25 882,57	645 552,12

U.M. EUR

Notas	Capital próprio atribuído aos detentores de capital da empresa-mãe						Resultado líquido do período	Total
	Capital subscrito	Outros instrumentos de cap. próprio	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transferidos	Ajust. em activos financeiros		
Posição em 01.01.2016	264 382,89	-	81 658,22	46 834,43	236 814,01	-	25 882,57	645 552,12
Alterações no período	-	-	-	-	-	-	-	-
Aplicação do resultado líquido do período anterior	-	-	-	-	25 882,57	-	(25 882,57)	-
Alterações de políticas contabilísticas	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	-	-	-	-	25 882,57	-	(25 882,57)	-
Total de alterações no período	-	-	-	-	-	-	9 063,72	9 063,72
Resultado líquido do período	-	-	-	-	-	-	9 063,72	9 063,72
Resultado Integral	-	-	-	-	-	-	(16 798,85)	9 083,72
Operações com detentores de capital no período	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização de capital	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuições	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras operações	-	-	-	-	-	-	-	-
Total operações com detentores de capital	-	-	-	-	-	-	-	-
Posição em 31.12.2016	264 382,89	-	81 658,22	46 834,43	262 696,58	-	9 063,72	664 635,84

O CONSELHISTA CERTIFICADO

(Dr. Paulo Pinheiro)

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

(O Presidente, Dr. Joaquim Pinheiro)

(Administradora, Eng. Olga Vaz)

(Administradora, Eng. Helena Vaz)

UNIAO EM _____ DE _____ DE 20____

DELIBERAÇÃO: _____

327

ANO: 2016

Recebimentos		Pagamentos	
Saldo da Gerência anterior			3 886 029,30
Execução Orçamental	293 121,81	Correntes	3 802 579,73
Operações de Tesouraria ..	25 981,35	Capital	83 449,57
Recursos Orçamentais	4 111 292,21	Operações de Tesouraria	351 643,57
Correntes	4 111 292,21	Saldo para a Gerência Seguinte	
Capital	0,00	Execução Orçamental	518 384,72
Outras		Operações de Tesouraria	54 679,85
Operações de Tesouraria		Total	
Total	4 810 737,44		4 810 737,44

(Dr. Paulo Pinto)

(O Presidente Dr. Eduardo Pinheiro)

(A Administrator, Eng. Helena Vaz)

Matosinhos, 16 de março de 2017

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 2016

MatosinhosHabit

1 — IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

Designação da entidade: MatosinhosHabit Entidade Empresarial Municipal
Sede: Rua Alfredo Cunha 99-1º Código Postal 4450-023 Matosinhos

2 — REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Referencial contabilístico

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de continuidade de operações, a partir dos registos contabilísticos da Empresa e de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística, regulado pelos seguintes diplomas legais:

- Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho (Sistema de Normalização Contabilística), com as alterações introduzidas pela Lei n.º 20/2010 de 23 de agosto, Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março, Lei n.º 66-B/2012 de 31 de dezembro, Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho;
- Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho (Modelos de Demonstrações Financeiras);
- Aviso n.º 8254/2015, de 20 de julho (Estrutura Conceptual);
- Aviso n.º 8256/2015, de 20 de julho (Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro);
- Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho (Código de Contas).

2.2. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior

Na sequência das alterações introduzidas pela Portaria nº 220/2015 de 24 de julho nos modelos de demonstrações financeiras, os saldos existentes em 31 de dezembro de 2015, apresentados para efeitos comparativos, foram reclassificados na abertura do presente período, para as seguintes rubricas, conforme se evidencia em quadro abaixo:

Demonstração financeira	Rubricas	01-01-2016	31-12-2015
Balanço	Outros investimentos financeiros	223,79	
	Outros ativos financeiros		223,79

As referidas alterações têm aplicação prospetiva, pelo que no Balanço de 2016 foram acrescentadas linhas de forma a apresentar as rubricas necessárias referentes ao ano de 2015.

Para além do acima referido, não se registaram no período quaisquer alterações das políticas contabilísticas relativamente às utilizadas no período anterior, não houve necessidade de proceder a qualquer reclassificação das quantias comparativas decorrente de quaisquer erros reportados a períodos anteriores e não se registaram alterações significativas do âmbito da atividade da Empresa que possam prejudicar a comparabilidade dos itens das demonstrações financeiras ou pôr em causa a característica qualitativa das informações disponibilizadas.

REUNIÃO EM _____ DE _____ DE 20____
DELIBERAÇÃO: _____
Página 1 de 14
C23

3 — PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal (NCRF).

As principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes:

Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

Os ativos intangíveis que se encontram reconhecidos compreendem essencialmente programas de computador.

Estes ativos, de vida útil finita, são amortizados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso, pelo método da linha reta, durante um período de 3 anos.

Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de qualquer depreciação acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas (modelo do custo).

As depreciações são calculadas pelo método da linha reta, numa base duodecimal, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos
Edifícios e outras construções	10-20
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	3-8
Outros ativos fixos tangíveis	5-8

Os custos com a manutenção e reparação que não aumentem a vida útil destes ativos são registados como gastos do período em que ocorrem. Os gastos com inspeções importantes são incluídos na quantia escriturada do ativo sempre que se perspetive que este origine benefícios económicos futuros adicionais.

As mais ou menos-valias resultantes da alienação ou retirada dos ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data de alienação/ retirada, sendo registadas na demonstração dos resultados como "Outros rendimentos" ou "Outros gastos".

Locações

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma dos contratos. Os contratos de locação em que a Empresa age como locatário, são classificados como locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse, e como locações

REUNIÃO EM _____ DE 20 ____
 DELIBERAÇÃO: _____
 Página 2 de 14
 029

operacionais, se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

Nas locações financeiras, o custo do ativo é registado no balanço como ativo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo, na rubrica "Financiamentos obtidos", e os juros incluídos no valor dos pagamentos mínimos e a depreciação do ativo são registados como gasto na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados, numa base linear, durante o período do contrato de locação.

Instrumentos financeiros

i) Dívidas de terceiros

As dívidas de terceiros são registadas ao custo amortizado (usando o método do juro efetivo) e apresentadas no balanço, deduzidas de eventuais perdas por imparidade, de forma a refletir o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são ajustadas em função da evolução das contas correntes, designadamente no que respeita ao detalhe das operações que a integram, sendo que os reforços são reconhecidos como gastos do período, as reversões, decorrentes da cessação total ou parcial do risco, nos rendimentos e as utilizações, para cobertura da perda efetiva do crédito, deduzidas diretamente nas contas correntes.

ii) Dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros que não vencem juros são registadas ao custo amortizado (usando o método do juro efetivo). O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

iii) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica "Caixa e depósitos bancários" correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem e outros instrumentos financeiros que sejam mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor. Se o seu vencimento for inferior a 12 meses, são reconhecidos no ativo corrente; caso contrário, e ainda quando existirem limitações à sua disponibilidade ou movimentação, são reconhecidos no ativo não corrente.

iv) Fundo de Compensação do Trabalho (FCT)

Os montantes relativos ao FCT são registados como ativo, na rubrica "Outros investimentos financeiros", correspondendo às entregas efetuadas, passíveis de reembolso ao empregador em qualquer situação de cessação do contrato de trabalho.

v) Provisões

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data. As provisões para fazer face a custos de reestruturação são reconhecidas sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.


Matosinhoshabit

x) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço ("acontecimentos que dão lugar a ajustamentos") são refletidos nas demonstrações financeiras da Empresa. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço ("acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos"), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

3.2. Outras políticas contabilísticas relevantes

i) Fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada através do método direto. A Empresa classifica na rubrica "Caixa e seus equivalentes" os montantes de caixa, depósitos à ordem e outros instrumentos financeiros com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos ao pessoal e outros relacionados com a atividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e da venda de ativos. Para além desta demonstração de fluxos de caixa está incluído nas demonstrações financeiras um fluxo de caixa elaborado pela ótica orçamental.

3.3. Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

4 — FLUXOS DE CAIXA

4.1 Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

A 31 de dezembro de 2016 e 2015, o saldo de caixa e de depósitos bancários decompunha-se da seguinte forma:

Meios financeiros líquidos constantes do balanço		Saldo 31-12-2016
Caixa	Numerário	5.101,74
	...	
Depósitos bancários	Depósitos à ordem	567.962,83
	Outros depósitos bancários	
	...	
Totais		573.064,57

REUNIAO EM DE DE 20
DELIBERAÇÃO
Agenda 5 de 14

Matosinhos

Meios financeiros líquidos constantes do balanço		Saldo 31-12-2015
Caixa	Numerário	5.583,17
	...	
Depósitos bancários	Depósitos à ordem	313.520,01
	Outros depósitos bancários	
	...	
Totais		319.103,16

5 — PARTES RELACIONADAS

A empresa é detida a 100% pelo Município de Matosinhos, tendo celebrado neste exercício contratos-programa para financiamento da atividade no montante de 345.000,00 euros (Subsídio à exploração).

6 — ATIVOS INTANGÍVEIS

6.1 Divulgações sobre ativos intangíveis

- a) As amortizações do período são calculadas tendo em consideração as seguintes vidas úteis e taxa de amortização médias:

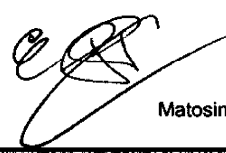
	Anos
Programas de computador	3

- b) Os movimentos na rubrica ativos intangíveis durante o ano 2016 e em 2015 são os que se segue:

	2016	2015	2014	2013	2012
44 - ATIVOS INTANGÍVEIS					
Programas de computador	9.809.25	797.04	0.00	0.00	10.606.29
Outros ativos intangíveis	0,00	00.00	0.00	0.00	0,00
Total	9.809.25	797.04	0.00	0.00	10.606.29

AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	Saldo inicial 01/01/2016	Reforço	Anulação/ Reversão	Saldo Final 31/12/2016
44 - ATIVOS INTANGÍVEIS				
Programas de computador	6.156.29	4.450.00	0.00	10.606.29
Outros ativos intangíveis	0,00	0.00	0.00	0,00
Total	6.156.29	4.450.00	0,00	10.606.29

REUNIÃO EM DE DE 20
Pág. 6 de 14
002

 
Matosinhoshab

ATIVO BRUTO	Saldo Inicial 01/01/2015	Amortizações	Manutenções	Transferências/ Abaixo	Saldo Final 31/12/2015
44 – ATIVOS INTANGÍVEIS					
Programas de computador	9.163.50	645.75	0.00	0.00	9.809,25
Outros ativos intangíveis	0,00	0.00	0.00	0.00	0,00
Total	9.163.50	645.75	0.00	0.00	9.809.25

AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	Saldo Inicial 01/01/2015	Reforço	Anulação/ Reversão	Saldo Final 31/12/2015
44 - ATIVOS INTANGÍVEIS				
Programas de computador	2.456.34	3.699.95	0.00	6.156.29
Outros ativos intangíveis	0.00	0.00	0.00	0,00
Total	2.456.34	3.699,95	0.00	6.156.29

7 — ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

7.1 Divulgações sobre ativos fixos tangíveis

a) Bases de mensuração usadas

Os ativos tangíveis estão valorizados de acordo com o modelo custo, segundo o qual um item do ativo fixo tangível é escriturado pelo seu custo menos qualquer depreciação acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

b) Método de depreciação usado

A Empresa deprecia os seus bens do ativo fixo tangível de acordo com o método da linha reta. De acordo com este método, a depreciação é constante durante a vida útil do ativo se o seu valor residual não se alterar.

c) Os movimentos na rubrica ativos fixos tangíveis durante o ano 2016 e em 2015 são os que se segue:

	2016	2015			
43 - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS					
Terrenos e recursos naturais					
Edifícios e Outras Construções	651.893,23	10.006,05			661899,28
Equipamento Básico	159,00	0,00			159,00
Equipamento de Transporte	49.000,00	39.360,00			88.360,00
Equipamento Administrativo	366.722,96	56.049,41			422.772,37
Ativos biológicos	0,00	0,00			0,00
Outras Ativos fixos tangíveis	43.704,32	629,94			44.334,26
Total	1.111.479,51	106.045,40	0,00	0,00	1.217.524,91

REUNIÃO EM DE _____ DE 20 _____
DELIBERAÇÃO: _____
Página 7 de 14

DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS	Saldo Inicial 01/01/2016	Reforço	Transferências / Abates	Saldo Final 31/12/2016
438 - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS				
Terrenos e recursos naturais				
Edifícios e Outras Construções	247.696,57	33.767,45	-	281.464,02
Equipamento Básico	159,00	0,00	-	159,00
Equipamento de Transporte	9.406,25	12.250,00	-	21.656,25
Equipamento Administrativo	359.062,30	16.337,53	-	375.399,83
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	-	
Outras Ativos fixos tangíveis	43.486,20	988,88	-	44.475,08
Total	659.810,32	63.343,81	0,00	723.154,18

43 - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS					
Terrenos e recursos naturais					
Edifícios e Outras Construções	651.893,23	-	-	-	651.893,23
Equipamento Básico	159,00	-	-	-	159,00
Equipamento de Transporte	99.108,70	41.500,00	-91.608,70	-	49.000,00
Equipamento Administrativo	351553,42	15.169,54	-	-	366.722,96
Ativos biológicos	0,00	0,00	-	-	0,00
Outras Ativos fixos tangíveis	42.751,76	952,56	-	-	43.704,32
Total	1.145.466,11	58.219,42	-91.608,70	0,00	1.111.479,51

DEPRECIACES ACUMULADAS	Saldo Inicial 01/01/2015	Reforço	Transferências / Abates	Saldo Final 31/12/2015
438 - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS				
Terrenos e recursos naturais				
Edifícios e Outras Construções	214.135,76	33.560,81	-	247.696,57
Equipamento Básico	159,00	-	-	159,00
Equipamento de Transporte	93.952,45	7.062,50	91.608,70	9.406,25
Equipamento Administrativo	346.226,89	12.835,41	-	359.062,30
Equipamentos biológicos	-	-	-	-
Outras Ativos fixos tangíveis	42.032,05	1.454,15	-	43.486,20
Total	696.506,15	54.912,87	91.608,70	659.810,32

8 — LOCAÇÕES

8.1 Locações financeiras - Locatários:

- a) Reconciliação entre o total dos futuros pagamentos mínimos da locação à data de balanço e o seu valor presente:

	Valor Presente
	31-Dez-16
Não mais de 1 ano	73.313.55
Mais de 1 ano e não mais de 5 anos	102.786.10
Mais do que 5 anos	6.564.03
	182.663.68

b) Descrição dos acordos de locação financeira em vigor em 31 de dezembro de 2016:

Nº contrato	Locadora	Data início	Data fim	Bem locado	Valor do contrato
1561345400	BPI	14/07/2015	25/08/2020	Viatura Volvo S 40 Diesel	41.500
211850	Santander	15/05/2011	01/05/2016	Equipamento Ar Condicionado	37.744,03
202132	Santander	15/06/2013	15/06/2018	Telhado amovível	246.000,00
215857	Santander	15/12/2016	12/12/2022	Equipamento Desobstrução	39.360,00

9 — ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

9.1 Autorização para emissão

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração no dia 16 de março de 2017.

9.2 Atualização da divulgação acerca das condições à data do balanço

Entre a data do balanço e a data da autorização para emissão das demonstrações financeiras não foram recebidas quaisquer informações acerca de condições que existiam à data de Balanço, pelo que não foram efetuados ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.

10 — INSTRUMENTOS FINANCEIROS

10.1 Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado menos imparidade

	Valor Bruto	Perdas por imparidade	Quantia escriturada
Cientes	1.100.842,28	660.155,85	440.686,43
Outros créditos a receber	150.518,87	83.312,64	67.206,23

10.2 Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado

	Quantia escriturada 31.12.2016	Quantia escriturada 31.12.2015
Fornecedores, c/c	418.463,96	271.440,99
Fornecedores – Cauções	28.070,17	53.534,99
Fornecedores – faturas em receção e conferência	3.016,06	6.269,82
FORNECEDORES	449.550,19	331.245,80
Empréstimos bancários	-	-
Locações financeiras	182.663,68	189.009,22
FINANCIAMENTOS OBTIDOS	182.663,68	189.009,22
Credores por acréscimo de gastos	173.844,02	193.980,07
Outros Credores	20.442,35	18.328,48
OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR	194.286,37	212.308,55

REUNIAO EM DE DE 20
 DELIBERAÇÃO:
 Página 9 de 14

10.3 Perda por imparidade em ativos financeiros

Para os ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor através de resultados e relativamente aos quais se verificaram indícios de imparidade, a Empresa avaliou as imparidades respetivas.

Durante o exercício findo em 31-12-2016, ocorreram os seguintes movimentos em perdas por imparidade:

Imparidades reconhecidas	Saldo inicial	Reforço	Reversão	Saldo final
Imparidade de clientes	649.026,36	111.867,82	100.738,33	660.155,85
Imparidade de dívidas a receber	83.312,64	-	-	83.312,64
TOTAL	732.399,00	111.867,82	100.738,33	743.468,49

As imparidades decorrem da significativa dificuldade financeira, incumprimento no pagamento ou probabilidade do devedor entrar em insolvência.

10.4 Montante de capital social

Em 31 de Dezembro de 2016 o capital social da MatosinhosHabit era 100% detido pela Câmara Municipal de Matosinhos

10.5 Gasto de juros para passivos financeiros

O total de gastos de juros para os passivos financeiros, discrimina-se como se segue:

Passivos Financeiros	2016
Empréstimos bancários	-
Locações financeiras	7.324,82
Total	7.324,82
TOTAL	

11— OUTRAS INFORMAÇÕES

11.1 Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 esta rubrica tinha a seguinte decomposição:

		(EUR)	
Estado e Outros Entes Públicos		31/12/2016	31/12/2015
Ativo			
Estimativa de imposto+ tributação autónoma + derrama		(13.647,38)	
Pagamento por conta		17.484,45	
Pagamento Especial por Conta		1.684,60	
Retenção na fonte IRC		623,64	-
		6.145,31	-
Passivo			
Estimativa de imposto+ tributação autónoma + derrama		-	28.494,70
Retenção na fonte IRC		-	(623,64)
Pagamento por conta		-	(5.538,94)
Pagamento Especial por Conta		-	(15.759,43)
Retenção irs+predias+sobretaxa		18.652,76	16.824,88
IVA		26.415,78	-
Contribuições para a Segurança Social		26.540,65	25.253,17
		71.609,19	48.650,74

11.2 Garantias

Em 31 de Dezembro de 2016 a empresa tinha assumido responsabilidades por garantias prestadas, de acordo com a informação que se segue:

Banco	Beneficiário	Descrição	Valor
CGD	DGCI	IRC 2003	181.059,48
CGD	DGCI	IRC 2004	159.942,44
CGD	DGCI	IRC 2005	233.146,30

É convicção do Conselho de Administração que relativamente ao presente processo não resultarão encargos adicionais para a empresa.

11.3 Serviços prestados

As Prestações de serviços incluem o valor de 3.022.711,43 euros que diz respeito à totalidade de faturação emitida aos nossos arrendatários por rendas emitidas.

Esta rubrica inclui também o valor de 763.021,06 euros, que diz respeito a contratos celebrados entre a MatosinhosHabit e a Câmara Municipal de Matosinhos.

11.4 Subsídios à exploração

No âmbito de vários Contratos Programa efetuados com a Câmara Municipal de Matosinhos contabilizamos 345.000,00 como proveito em 2016 bem como 1.104,78 do IEFP

11.5 Fornecimentos e serviços externos

Quadro comparativo dos gastos com fornecimentos e serviços externos

	(EUR)	
Subcontratos	1.885.603.63	1.209.691.13
Trabalhos especializados	327.838.18	238.577.68
Publicidade	146.09	1.476.00
Vigilância e segurança	17.740.67	20.841,61
Honorários	0	0
Comissões	0	0
Conservação e reparação	30.159.31	21.802.02
Materiais	12.809.23	13.336.52
Energia e fluidos	212.036.09	201.349.54
Deslocações e estadas	10.230.72	4.839.80
Rendas e alugueres	147.169.60	155.323.05
Comunicação	40.484.81	32.567.65
Seguros	4.796.38	4.127.32
Contencioso	8.183.27	2.321.40
Limpeza, higiene e conforto	15.138.07	12.507.92
Outros Serviços	45.113.34	9.817.59
Totais	2.709.403.32	1.928.579.23

11.6 Gastos com pessoal

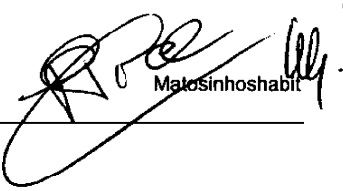
O detalhe da rubrica de "Gastos com o pessoal" é como segue:

	(EUR)	
Remunerações órgãos sociais	47.281.20	45.428.24
Remunerações do pessoal	966.840.44	971.192.69
Encargos sobre remunerações	230.690.95	231.805.91
Seguros de acidente no trabalho	9.361.09	11.430.49
Gastos de ação Social	20.755,76	13044.24
Outros gastos com pessoal	9.399,35	9.916.70
Totais	1.284.328.79	1.282.818.27

11.7 Outros Rendimentos

A rubrica de Outros rendimentos tem no período de 2016 e 2015 a seguinte composição

	2016	2015
Outros rendimentos		
Venda de energia	4.611,05	7.003,31
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	-	23.804,30
Outros	2.854,87	10.657,05
	7.465,92	41.464,66


Matosinhosabit

11.8 Outros gastos

A rubrica de Outros gastos tem no período de 2016 e 2015 a seguinte composição:

	2016	2015
Outros gastos		
Impostos	1.956,27	3.924,57
Dívidas incobráveis	24.043,98	-
Outros	-	-
Sessões de formação	2.487,33	3.975,04
Projetos de inclusão social	8.658,01	-
Outros	5.985,44	8.796,30
	43.131,03	16.695,91

11.9 Proposta de aplicação dos resultados

Para o resultado líquido do período, no montante de 9.083,72 euros, a Administração propôs que, nos termos legais e estatutários, lhe seja dada a seguinte aplicação:

- Resultados transitados: 9.083,72 euros

12— DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

12.1 Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de novembro:

A Empresa não está em mora no pagamento de contribuições e impostos ao Estado.

12.2 Código Contributivo (art.º 210º):

A Empresa não tem dívidas vencidas e em mora à Segurança Social.

12.3 Remunerações dos órgãos sociais

Os membros do Conselho de Administração tiveram remunerações no valor total de 47.281.20 euros.

12.4 Identificação dos Órgãos Sociais à data de 31/12/2016

Conselho de Administração

Dr. Eduardo Nuno Rodrigues e Pinheiro
NIF 220819785
Cargo: Presidente

Engª Olga Maria Costa Maia
NIF 156038935
Cargo: Vogal

REUNIAO EM _____ DE _____ DE 20____
DELIBERAÇÃO: _____
Página 13 de 14
C.10

Helena Adelina Simões Nunes Vaz
NIF 179212184
Cargo: Vogal

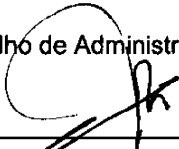
Fiscal Único
Horwath Associados, SROC Lda.
NIF 506 942 155
Cargo: SROC nº 186

Matosinhos, 16 de março de 2017

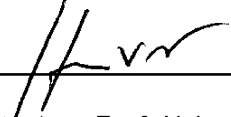
O Contabilista Certificado


(Dr. Paulo Pinto)

O Conselho de Administração


(O Presidente, Dr. Eduardo Pinheiro)


(A Administradora, Engª. Olga Maia)

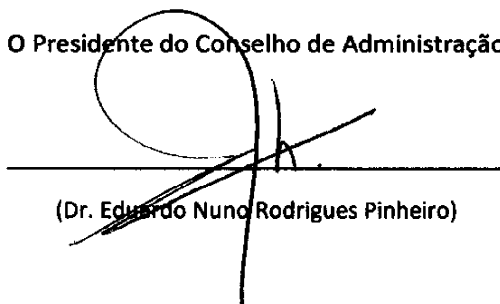

(A Administradora, Engª. Helena Vaz)

REUNIÃO EM _____ DE _____ DE 20____
DELIBERAÇÃO: _____
Página 14 de 14

DECLARAÇÃO

O Presidente do Conselho de Administração da MatosinhosHabit e a Administradora Executiva, para os efeitos previstos na alínea a) do n.º 1 do art.º 15.º da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março, declaram que todos os compromissos plurianuais existentes a 31 de dezembro de 2016 se encontram devidamente registados na base de dados.

O Presidente do Conselho de Administração



(Dr. Eduardo Nuno Rodrigues Pinheiro)

A Administradora Executiva,



(Eng.ª Olga Maria da Costa Maia)



Compromissos Plurianuais Assumidos em 2016

Descrição	Fornecedor	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Contrato para a Certificação do Sistema de Qualidade	SGS,ICS, Lda.	1 162,35	1 162,35					
Contrato de Limpezas dos espaços comuns dos Conjuntos Habitacionais - Lote I	INGO-Construções e Engenharia, Lda.	59 706,84	59 706,84	29 853,42				
Contrato de Limpezas dos espaços comuns dos Conjuntos Habitacionais - Lote II	INGO-Construções e Engenharia, Lda.	42 146,40	42 146,40	21 073,20				
Contrato de Limpezas dos espaços comuns dos Conjuntos Habitacionais - Lote III	INGO-Construções e Engenharia, Lda.	38 143,56	38 143,56	19 071,78				
Contrato de Aluguer de equipamento informático - cont nº 111011460	Grenke Renting, SA	4 003,52	4 003,52	2 892,07				
Contrato de Leasing para instalação de equipamento de climatização	Banco Santander Totta, SA	8 840,37	9 644,04	9 644,04	9 644,04	803,67		
Contrato de Locação Operacional de Viaturas	Lease Plan Portugal, Lda.	2 403,37	2 403,37	2 403,37	2 203,09			
Contrato de Manutenção e atualização de Conteúdos do Website Institucional	Palcos da Realidade - Computação Gráfica, Lda	2 952,00	2 952,00					
Contrato de Aluguer de equipamento informático - cont nº 111012551	Grenke Renting, SA	3 006,01	4 664,50	4 664,50	4 664,50	4 664,50	1 715,37	
Contrato de Aluguer de equipamento informático - cont nº 111013918	Grenke Renting, SA	188,57	4 242,99	4 242,99	4 054,42			
Assessoria Jurídica	Paulo Alexandre Araujo Pereira	12 000,00	18 000,00	6 000,00				
Consultadoria	Helena Mota Ruão	4 289,63	1 429,87					
Contrato de Leasing para aquisição de Equipamento de Desobstrução	Banco Santander Totta, SA	577,43	7 065,36	7 065,36	7 065,36	7 065,36	7 065,36	7 263,78
Contrato de Leasing para instalação de equipamento de climatização	Banco Santander Totta, SA	6 502,23	9 768,96	9 768,96	9 768,96	4 011,20		
Contrato de Prestação de Serviços de Empreitada de Execução Continuada	Alberto Fonseca-Construções Lda	51 440,74	28 059,26					
Contrato de Prestação de Serviços de Empreitada de Execução Continuada	Ricardo Duarte, Lda		47 700,00					
Contrato de Prestação de Serviços de Empreitada de Execução Continuada	GNS-Building Solutions, SA	51 423,78	28 076,22					
Empreitada de Reabilitação das Coberturas de Cruz de Pau-25 de Abril	Construtora de Pedroso	33 693,69	125 066,12					
Empreitada de Reabilitação Fogos Biquinha -Trav. Vitorio Falcão	Nuno Ferreira - Construção e Restauros, Lda	12 238,29	145 701,71					
Instalação e Montagem de Elevadores no Conj. Habitacional de Carcavelos	Pinto & Cruz, SA	35 670,00	35 670,00					
Manutenção dos Elevadores no Conj. Habitacional de Carcavelos	Pinto & Cruz, SA				4 428,00	4 428,00	4 428,00	

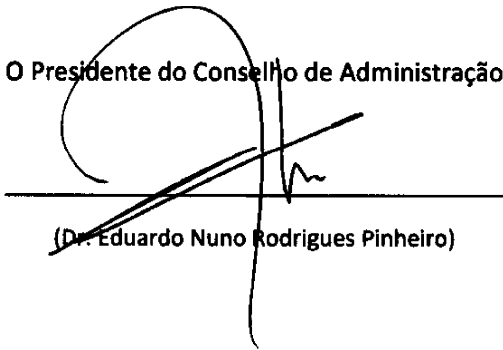
7.
e

DECLARAÇÃO

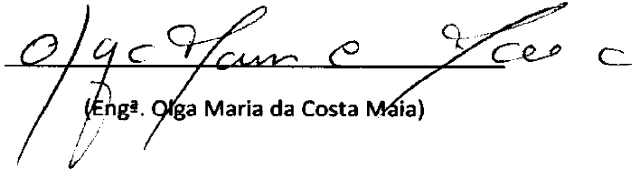
O Presidente do Conselho de Administração da MatosinhosHabit e a Administradora Executiva, para os efeitos previstos na alínea b) do n.º 1 do art.º 15.º da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março, elenca de forma analítica, todos os recebimentos em atraso a 31 de dezembro de 2016, conforme mapa anexo.

Mais informa que a essa data não existem quaisquer pagamentos em atraso.

O Presidente do Conselho de Administração


(Dr. Eduardo Nuno Rodrigues Pinheiro)

A Administradora Executiva,


(Eng.ª Olga Maria da Costa Maia)

Handwritten signature and mark

**Valor dos Débitos a Clientes em atraso a
31/12/2016**

(1) Dívida Total (+ de 90 dias)	908 822,06
Alojados	594 728,44
Desalojados	314 093,62
(2) Imparidades agregados	635 970,15
Alojados	321 876,53
Desalojados	314 093,62
Dívida líquida (1-2)	272 851,91

Nº DE AGREGADO**VALOR EM DÉBITO**
(alinea b) do artigo 15º da Lei nº
8/2012, de 12 de Fevereiro)

4	1167,95
6	330
13	1364,34
15	422,66
20	650
21	2378,71
23	2206,16
36	273,7
37	6056,62
38	104,35
39	4241,8
43	1011,06
44	1856,45
47	38,82
52	42,69
53	1920,52
65	526,28
68	519
71	429,85
93	5,01
118	962,87
125	4598,26
127	1252,3
136	12,7
145	651,6
154	5674,06
155	353,63
179	261,45
180	800,05
200	292,67
215	877,6
221	189,44
237	205,32
238	1199,28
241	684,66
248	2340,39
250	688,38
251	958,8
252	104,35
258	262,95
259	155,16
261	762,22
264	1335,88
275	1546,63
288	2040,53
299	52,57
301	5044,2

1

X.

C

REUNIÃO EM _____ DE _____ DE 20____

DELIBERAÇÃO: _____

307	1299,75
308	222,67
309	1098,37
311	91,84
313	153,29
314	273,9
316	17,22
318	1200
324	723,72
327	150,71
459	87,92
463	5776
466	202,48
467	7960,88
477	2001,93
481	763,63
485	110,87
488	2340,32
494	180,7
503	3981,04
520	1057,08
525	680,09
527	648,8
528	810
533	3500,5
545	101,15
556	343,3
561	367,11
569	18,36
577	26,16
585	784,75
591	9924,68
596	6458
598	493,02
612	172,17
621	3537,03
622	3969,55
627	422,3
632	35,88
650	1652,2
667	1371,2
685	19,42
690	87,75
705	41,68
706	425,43
712	1758,64
713	5
723	181,46
735	971,18
750	72,95

MAO EM DE DE
 CULTEIRAÇÃO:

Fe

756	66,75
765	2987,99
776	1203,86
785	37,22
797	1215,59
813	636,19
816	142,42
818	130,86
825	3500
835	2408,23
838	2349,78
854	665,42
875	554,7
883	3191,51
888	2109,12
912	2640,43
941	982,6
947	110,91
953	26,55
967	94,75
976	650
977	1675,25
1013	27,77
1022	34,09
1024	1207,44
1026	127,97
1030	71,47
1035	271,2
1053	10886,96
1056	40,3
1096	89,24
1097	719,1
1100	55,27
1105	60,96
1108	1181,32
1115	54,56
1118	2568,24
1122	48,6
1125	3103,23
1126	741,36
1141	748,86
1147	3398,8
1153	410,53
1158	205,2
1173	128,07
1174	246,75
1177	902
1183	5079,06
1194	1717,32
1198	5444,44

EM DE DE
LIBERAÇÃO: 10/01/2012

1199	815,76
1206	5549,44
1227	319,55
1239	256,6
1245	1795,78
1251	63,85
1275	5,15
1300	61,35
1304	1516,88
1306	2593,64
1309	370
1310	2880,54
1311	902,41
1318	5
1320	41,72
1321	329,84
1323	67,26
1329	95
1347	1261,48
1349	1777,45
1361	222,6
1362	4,03
1363	300,51
1374	203,39
1381	7,73
1398	1274,49
1407	43,8
1444	2484,14
1446	295,02
1448	1916,42
1471	10
1473	225,82
1474	617,93
1491	162,23
1595	1588,6
1601	1553,98
1603	1643,64
1618	100,53
1619	548,7
1626	18,99
1649	55
1651	7,56
1652	756,28
1657	54,02
1660	3277,99
1673	358,46
1697	595,48
1711	90,76
1719	155
1729	1197,04

REUNIAO EM _____ DE _____ DE _____
 DELIBERAÇÃO: _____

3 7 e

1754	238,05
1759	74,63
1811	804,12
1842	649,2
1876	614,58
1883	270
1894	1046,75
1911	310,04
1934	1909
1939	818,65
1945	243,02
1949	578,4
1963	175
1967	678,21
1970	60,48
1972	858,21
1982	466,99
1983	772,7
1985	7067,76
1990	333,52
1991	755,14
2005	2133
2010	3646,59
2018	100,53
2019	748
2024	374,2
2035	9877,92
2037	710,75
2039	4179,15
2046	1889,12
2047	2117,94
2055	7132,4
2065	12,92
2067	1437,32
2068	286,55
2069	175,38
2076	226,8
2078	700
2080	3440,7
2091	1813,6
2092	1197,4
2115	1952,24
2120	188,25
2122	100,7
2126	53
2128	170,97
2129	39
2132	1995,78
2142	144,96
2144	1194,8

UNIAO EM DE DE
DELIBERACAO: 55

2146	1016,63
2150	144,2
2162	32,19
2186	4162,86
2194	1992,9
2196	60
2202	237,44
2211	128,62
2273	14,74
2278	150,96
2287	3463,68
2317	949,95
2380	158,13
2382	2556,94
2385	25,59
2398	210,68
2401	6,23
2431	32,36
2434	7,04
2439	795,9
2473	848,6
2475	493,3
2483	441,04
2484	612,49
2489	85
2491	1080,15
2504	2141,65
2506	1748,93
2507	620,5
2514	891,06
2527	436,52
2538	778,89
2539	3162,93
2546	192,78
2547	20,33
2550	949,6
2554	1776,64
2569	1917,13
2571	3979,24
2577	652,12
2589	8629,75
2600	973,2
2616	1191,79
2617	1903,46
2618	3609,09
2626	1442,91
2638	730,05
2647	161,1
2654	568,44
2657	70

REUNIÃO EM DE
DELIBERAÇÃO: DE
5

5 7. e

2661	5
2667	1743,38
2668	162,96
2669	169,27
2675	893,25
2691	1663,62
2694	350,97
2703	90
2705	925,34
2713	347,99
2722	1495,84
2723	1176,77
2752	275,66
2788	60,46
2789	2408,61
2796	493,95
2828	177,16
2837	9702,49
2843	2344,84
2852	37,94
2858	128,14
2866	103,86
2873	43,8
2878	617,01
2879	145,89
2881	143,09
2882	125,48
2891	95,92
2901	347,77
2903	864,32
2911	704,34
2923	1489,58
2929	77,82
2932	56,23
2933	305,07
2940	3310,44
2945	2697,44
2950	134,15
2951	1891,76
2952	4820,37
2956	65,37
2957	2666,79
2959	21,65
2969	1324,79
2981	1943,06
2995	49,38
3014	113,38
3019	77,25
3024	2575,29
3026	127,06

REUNIAO EM DE
DELIBERACAO: 002

3059	156,58
3066	664
3067	3395,41
3080	1165,89
3083	373,5
3091	15
3096	7,23
3101	1043,76
3105	1852,42
3109	1613,19
3110	25,56
3111	601,3
3113	33,16
3116	466,56
3125	1329,44
3128	33,88
3133	4515,17
3138	1236,12
3139	11075,1
3141	1073,7
3145	834,39
3147	13533,84
3148	547,19
3154	3,16
3155	204,62
3157	69,42
3158	249,01
3160	494,14
3161	570,78
3163	140,04
3172	113,64
3181	3208,59
3182	1710
3194	125
3200	985,54
3201	671,8
3210	400,62
3217	284,03
3218	82,25
3219	14120,5
3220	61,6
3221	837
3223	3851,62
3227	62,98
3240	73,64
3244	209,38
3247	5185,69
3248	734,36
3256	31,16
3260	39,13

REUNIAO EM _____ DE _____
 DELIBERACAO: 033

5 *[Handwritten signature]*

3263	208,7
3272	843,25
3273	1945,8
3274	97,81
3283	1191,75
3290	236,04
3294	385,83
3300	2507,92
3301	89,3
3306	108,46
3310	132,83
3329	188,22
3335	75,97
3337	148,44
3346	4379,83
3348	1572,84
3349	308,72
3354	1112,61
3364	959,84
3365	395,23
3366	47,33
3372	568,48
3377	92,69
3379	123,88
3380	306,66
3386	82,84
3390	1820,19
3397	112,64
3398	1344,05
3411	39,26
3413	5407,6
3419	25
3422	731
3429	11,89
3430	36,75
3434	265,43
3437	881,66
3438	250,6
3439	438,64
3443	53,09
3446	205,33
3447	105
3452	357,02
3474	54,51
3494	1511,68
3509	57,94
3512	2242,29
3517	1218
3520	3130,59
3521	201,39

REUNIÃO EM _____ DE _____ DE 20____
DELIBERAÇÃO: _____

3524	11657,15
3532	205
3536	316,2
3540	589,94
3541	297,89
3545	2401,61
3547	2591,18
3550	1758,16
3558	9977,83
3561	131,76
3565	4000
3566	6891,55
3567	558,08
3573	3151,32
3575	5474,42
3583	8986,84
3601	806,54
3610	2476,99
3612	1003,8
3619	739,86
3622	90
3659	220
3684	494,64
3697	944,46
3698	76,98
3700	1997,87
3705	99,23
3707	3604,4
3730	3808,58
3743	268
3750	872,73
3760	411,12
3770	1459,8
3800	219,98
3802	54,05
3830	45
3835	205,41
3844	67,55
3858	119,29
3863	9960,24
3887	805,73
3896	17,77
3900	1674,8
3908	1378,79
3919	2087,9
3920	808,24
3921	314,1
3923	136,82
3927	5383,44
3930	5622,92

REUNIÃO EM _____ DE _____ DE 20____
 DELIBERAÇÃO: _____

3931	1443,25
3932	1529,4
3934	104,63
3935	22,53
3937	12651,65
3941	1094,88
3942	761,87
3970	25,84
3984	110,67
3991	104,16
3994	7539,9
4016	2486,81
4026	276,84
4041	107,92
4048	25,34
4055	360
4056	2073,41
4072	167,5
4075	8656,29
4079	184,6
4080	1199,28
4085	97,32
4089	50,64
4092	35,76
4097	547,99
4107	21,08
4108	535,77
4135	1407,9
4136	1342,2
4150	67,18
4166	7311,58
4168	41,37
4175	4529,72
4183	1726,24
4185	3765,6
4189	1237,44
4199	7681,32
4202	252,13
4203	148,26
4214	491,8
4215	59,74
4226	56
4250	68,79
4257	10816,24
4267	806,78
4271	2814,84
4292	11,89
4314	303,54
4330	1174,4
4334	156,14

~~656~~

7

~~2~~

0

4683	10
4684	1117,58
4705	5
4717	69,87
4750	130
4787	32,9
4788	11448,64
4813	175
4861	1315
4867	530,39
4869	331,65
4889	5
4891	20
4897	1476,16
4901	79,6
4918	856,64
4920	513,82
4927	339,71
4930	23,97
4935	140,41
4944	109,64
4948	153,04
4957	1138,27
4960	1358
4961	2413,4
4962	873,3
4966	33,25
4967	6599,35
4969	411,01
4978	727,86
4980	8,79
4982	10200
4984	756,38
4986	168,72
4997	4114,45
5005	34,07
5013	330,02
5022	281,86
5023	86,8
5028	24,7
5034	556,48
5039	274
5045	273,44
5051	429,32
5053	1343,9
5057	5
5058	8146,2
5059	146,22
5061	83,58
5067	6950,34

REUNIAO EM _____ DE _____ DE 20____

DELIBERACAO: _____

5074	50
5075	447,42
5076	268,6
5080	100
5094	197,18
5095	47,52
5098	465
5100	778,5
5106	2350,32
5108	350,16
5123	2890,56
5136	77
5141	906,12
5155	401,09
5172	4951,1
5173	122,76
5195	1086,66
5200	11,3
5204	35
5209	344,24
5210	108,08
5214	152,64
5215	3778,59
5216	204,26
5221	34,62
5224	2042,54
5231	891,95
5241	726,73
5243	1034,44
5255	659,68
5259	10,36
5261	187
5263	143,47
5268	396,85
5273	5
5278	309,5
5279	724,25
5286	244,6
5342	2603,85
5344	237,51
5374	17,76
5379	146,5
5394	815,78
5400	900
5412	345,84
5455	250,14
8503	16394,48

REUNIÃO EM _____ DE _____ DE 20__
 DELIBERAÇÃO: _____

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da MatosinhosHabit – Entidade Empresarial Municipal (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 1.595.847 euros e um total de capital próprio de 664.636 euros, incluindo um resultado líquido de 9.084 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da MatosinhosHabit – Entidade Empresarial Municipal em 31 de dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;

75

- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório.

REUNIÃO EM DE
DELIBERAÇÃO: DE 20

Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Porto, 16 de março de 2017


HORWATH & ASSOCIADOS, SROC, LDA
Representada por Carla Manuela Serra Geraldes (ROC 1127)

REUNIÃO EM DE _____
DELIBERAÇÃO: _____
COP _____

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Ao Município de Matosinhos

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a atividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas da MatosinhosHabit – Entidade Empresarial Municipal (Entidade), relativos ao ano findo em 31 de dezembro de 2016, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da atividade da Entidade, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal em vigor, tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o balanço em 31 de dezembro de 2016, a demonstração dos resultados, a demonstração das alterações do capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa do ano findo naquela data e o correspondente Anexo. Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado, emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas que não contem reservas nem ênfases.

Face ao exposto, somos de opinião que as demonstrações financeiras supra referidas e o Relatório de Gestão, bem como as propostas nele expressas, estão de acordo com as disposições contabilísticas e legais aplicáveis e refletem a atividade desenvolvida e a situação económica e financeira da MatosinhosHabit – Entidade Empresarial Municipal, pelo que poderão ser aprovados.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços da Entidade o nosso apreço pela colaboração prestada.

Porto, 16 de março de 2017


HORWATH & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Representada por Carla Manuela Serra Geraldes (ROC n.º1127)